

Sociolinguística e Dialetoлогия Amazônica/amazônida: Considerações sobre Linguagem, Cultura, Sociedade e Educação

Katriana Jacaúna Farias¹

A Linguagem, eixo norteador do Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, tem oferecido base teórica para estudos científicos sobre a linguagem humana. As discussões sobre concepções de língua/linguagem, reflexões sobre a relação entre linguagem e sociedade, linguagem e educação fizeram-se necessárias. Tudo isso, conduziu-nos, em particular, a refletir sobre a realidade Amazônica em aspectos linguísticos, sociais, culturais e educacionais na Amazônia. Declaramos que, como membro do Grupo de Pesquisas Sociolingüísticas – GEPS, que tem como parâmetros Língua, Cultura e Sociedade Amazônica/Amazônida, entre os quais estão os estudos sobre Variação Dialetal, Língua(gem) e Ensino de Língua Portuguesa Materna, teceremos considerações, neste capítulo, sobre o tema Sociolinguística e Dialetoлогия Amazônica/Amazônida: Linguagem, Cultura e Sociedade. Dessa maneira, cabe ao sociolinguísta considerar a relação entre língua e sociedade, como ponto de partida, uma vez que a língua existe enquanto interação social em função de um contexto sócio-histórico. Neste capítulo, saberemos um pouco sobre Sociolinguística e Dialetoлогия; Amazônia: Características da região e da sociedade; Sociolinguística em sala de aula: variação linguística e educação, contudo, sem pretensões de esgotar as discussões acerca do assunto.

Palavras-chave: Sociolinguística, Dialetoлогия, Amazônia, Amazônida.

1. Sociolinguísticas e Dialetoлогия

A sociolinguística é uma ciência que estuda a relação entre língua e sociedade e, segundo Pessoa (2008), é um campo de estudos/pesquisas muito amplo, entre eles, está a Sociolinguística Qualitativa, a Sociolinguística Quantitativa, a Sociolinguística Interacional-Educacional e a Sociolinguística Aplicada. Em nosso caso, interessamo-nos pelo Português do Brasil e a variação linguística desse

¹ Mestranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Federal de Rondônia e Bolsista do Programa RH-INTERIORIZAÇÃO pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas – FAPEAM.

Português. Nesse sentido, segundo Tarallo (2001, p. 07), para a Sociolinguística “a língua é um veículo de comunicação, de informação e de expressão entre os indivíduos da mesma espécie humana.” Portanto, o objeto de estudo da Sociolinguística é a língua, isto é, o veículo linguístico de comunicação.

Desenvolvida, em parte, por Labov, nas décadas de 1960, a Sociolinguística possibilitou o estudo científico de fatos lingüísticos excluídos do campo dos estudos da linguagem como, por exemplo, classe social, faixa etária, devido a sua diversidade e conseqüente dificuldade de apreensão. Labov destaca a importância social do papel do lingüista para desmistificar os mitos sobre a linguagem. As contribuições de Labov foram as pesquisas feitas sobre as relações entre linguagem e classe social e sobre as variedades do inglês não-padrão (nonstandard english) na cidade de New York ao estudar alunos de guetos². Labov mostrou que o problema não estava nos alunos, supostamente deficientes, mas na forma como a escola cobrava desse aluno sem considerar o conhecimento que possui da própria língua e cultura. E esclarece que para avaliar a verdadeira capacidade verbal da criança, é necessário estudá-la no contexto cultural em que essa capacidade se desenvolve, e em situações naturais, distensas, informais. Por isso, a Sociolinguística busca analisar o uso de variantes linguísticas em determinada comunidade através da língua que é falada pelo falante em todos os lugares e momentos de suas vidas, pois assim se percebe dois pontos importantes em uma análise sociolinguística: “o que” e não o “como” se fala.

Como ciência, a sociolinguística utiliza um modelo teórico para analisar seu objeto de estudo. Assim, a língua falada é vista como um fato linguístico o que, segundo Alkmim (2001), significa dizer que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam. Sendo a sociolinguística uma ciência alicerçada nos parâmetros de língua, cultura e sociedade, logo serão notórios os aspectos de variação linguística. Em se tratando, de distribuição geográfica é inerente que os falantes adquiram as variedades linguísticas próprias da sua região, da sua classe social, da faixa etária, entre outros fatores. Assim, percebemos que há sociedades e culturas com características diversas e com dialetos diferentes. Há, portanto, em nosso país sociedades e contextos culturais distribuídos geograficamente onde a linguagem é meio e produto dessa cultura, logo não há homogeneidade, pois há grupos sociais

² Bairros onde se isolam minorias discriminadas por razões raciais e econômicas.

com traços próprios. Ao entrar no campo de estudos das variedades lingüísticas, é preciso levar em consideração dois parâmetros básicos: a variação geográfica ou diatópica e a variação social ou diastrática. Assim, a variação geográfica ou diatópica, aborda as diferenças lingüísticas distribuídas no espaço geográfico, perceptíveis em falantes de origens geográficas distintas. E a variação social ou diastrática, se relaciona a um conjunto de fatores ligados à identidade dos falantes e à organização sociocultural da comunidade de fala.

Além da sociolinguística existe outra ciência que estuda a língua falada, a Dialetoлогия. Sociolinguística e Dialetoлогия têm se considerado até certo ponto sinônima, uma vez que ambas as disciplinas estudam a língua falada e o uso lingüístico e, estabelecem as relações que existem entre certos traços lingüísticos e certos grupos de indivíduos. Assim como a Sociolinguística, a Dialetoлогия reconheceu desde cedo a existência da heterogeneidade lingüística.

O interesse por estudos sobre os dialetos no Brasil, segundo Mota, data de 1891 com Júlio Ribeiro que segue critérios geográficos para subdividir o país em quatro áreas dialetais. Antenor Nascentes apresenta sua proposta de divisão dialetal do Brasil em 1922 e considera quatro zonas: a *Nortista*, *Fluminense*, *Sertaneja*, *Sulista*. Enquanto que, em 1950, em outra proposta, apresenta os falares que se subdividem em seis subfalares. Os dois do Norte são: o Amazônico “que abrange o Acre, o Amazonas, o Pará e parte de Goiás que vai da foz Aquiri à serra do Estrondo”, e o nordestino, “que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco e parte de Goiás que vai da serra do Estrondo à nascente do Parnaíba”. Além desses dois grupos de falares, o autor identifica um território incharacterístico, pela ausência, àquela época, de povoamento, que compreendia o perímetro “entre a parte da fronteira boliviana (rios Verde, Guaporé, Mamoré até o Abunã), a fronteira de Mato Grosso com Amazonas e Pará (rios Madeira, Juparaná, Uruguatás, Três Barras, Cariai, Xingu, Fresco e Aquiri e a serra do Estrondo)”, como podemos ver no mapa abaixo que ilustra a proposta de divisão dialetal do Brasil de Antenor Nascentes.

Figura 1 - Mapa de Áreas Dialetais No Brasil



Fonte: Google imagens

Embora não se tenha uma proposta atual de divisão do Brasil em áreas dialetais, o conhecimento linguístico do país vem-se ampliando, a partir das décadas de 1960, com levantamentos de dados empíricos, em áreas rurais ou urbanas de que resultaram os Atlas Lingüísticos.

Voltaremos, pois, a falar de Sociolinguística para comentarmos como essa ciência pode contribuir para estudos sobre a Região Amazônica. Para discutirmos a relevância de estudos sociolinguísticos para os povos amazônicos e amazônidas nos apropriaremos, inicialmente, das palavras de Meireles Filho (2004, p. 22) quando diz que: “Toda vez que alguém pergunta qual a principal riqueza material do Brasil, a Amazônia é quase sempre a primeira menção. Nesse sentido, pode-se dizer que a Amazônia é mais falada que conhecida, é mais discutida que vivida, mais mito que realidade”. Deprendemos dessa afirmação que a falta de conhecimento sobre a Amazônia impede que a região seja vista como realmente ela é e, sobretudo, observa-se a necessidade de estudos que compreendam a sociedade local com sua cultura e sua língua. Assim, as palavras de Meireles Filho nos esclarecem que:

Os estudiosos da Amazônia denominam a ‘cultura da floresta tropical’ como o conjunto de conhecimentos que capacitam o homem a sobreviver nesse ambiente, ou seja, as noções do habitar, do alimentar-se, do expressar-se, do festejar e pensar o mundo. É uma cultura oral, que tem no mito uma de suas expressões máximas para

a transmissão de conhecimento. Estes conhecimentos hoje estão depositados na memória dos povos indígenas e, ainda que de forma fragmentária, na cultura *caboca* das populações locais. (2004, p. 84).

Quem não é amazônida nem mora na região pode e precisar discutir sobre a Amazônia, mas esse discurso precisa estar presente de maneira veemente na fala dos amazônidas que vivenciam, de fato, a realidade amazônica, pois as populações locais têm em suas memórias os conhecimentos sobre a cultura da região. Nesse sentido, ressaltamos que a língua é um instrumento de luta que permite ao homem construir sua história. É, portanto, com esse instrumento que o homem é capaz de amar tanto quanto é capaz de ofender o Outro. Com a língua expressamos sentimentos, emoções, emitimos valores de juízo e, em termos linguísticos, usamos a linguagem de maneira criativa para nos comunicarmos. Dessa maneira, para falar sobre a contribuição dos estudos sociolinguísticos para a Região Amazônica, precisamos falar um pouco sobre a Amazônia.

2. Amazônia: características da região e da sociedade

Em uma revisão de nossas memórias como amazônidas lembraremos que, para as pessoas não nascidas em estados que compõe a Amazônia brasileira ou que pouco sabem sobre a região, vêem-na, bem como, a seus habitantes por meio de mitos, os quais, em certos casos, são reforçados por vários meios de comunicação no Brasil. Podemos perceber, ainda, que para essas pessoas a Amazônia faz parte de um imaginário. É vista como uma floresta habitada por índios, muitos deles até canibais. Ou ainda, uma região onde há seres de costumes primitivos e tribais. É contra uma visão unilateral acerca da Amazônia que escamoteia aspectos importantes da sociedade é que falaremos de sociolinguística para apreendermos as questões sobre língua e sociedade nessa região com vocação florestal para irmos além e percebermos outras vocações. Por isso, necessitamos discutir o imaginário sobre a Amazônia e sua realidade linguística e social através dos questionamentos acerca da imagem da Amazônia, ou seja, o imaginário coletivo sobre a região, da sociedade amazônica e da contribuição da sociolinguística para estudos sobre a Região amazônica.

2.1. Como é vista a Amazônia?

A Amazônia é vista sobre vários mitos, segundo Meireles Filho (2004, p. 22-23), como “pulmão do mundo”, “vazio territorial”, “planície inundável”, “Eldorado”. Ou ainda, como uma região habitada apenas por indígenas. Reafirmamos que temos ascendência indígena, bem como a sociedade brasileira. Temos heterogeneidade de línguas indígenas, também. Todavia, precisamos considerar que existem zonas urbanas e zonas rurais na Amazônia, bem como, dialetos diversos.

Quando se fala em Amazônia, reconhece-se uma região repleta de diversidades, porém corremos o risco de não analisá-la, de fato, como uma região com diversidades. A esse respeito, por exemplo, podemos citar a concepção de índio e de floresta, a qual apresenta os índios com se fossem todos iguais e mostra a floresta como um espaço uniforme, isto é, com apenas um tipo de solo, clima e vegetação. Essa concepção cria imagens que distorcem a realidade. Sendo assim, cabe-nos buscar uma definição para a Amazônia, nesse sentido, Meireles Filho nos esclarece que ela é conhecida de três maneiras:

1) como Amazônia Biológica: corresponde a 49% do território brasileiro. Este compreende florestas de diferentes características, bem como cerrados, campos e ecossistemas de transição. 2) como Região Norte: segundo conceito da divisão política do Brasil, esta abrange sete estados: Roraima, Amazonas, Rondônia, Pará, Amapá, Acre, Tocantins, ou seja, 40% do Brasil. 3) como Amazônia Legal: conceito criado em 1953, pela Constituição Federal, para incluir, além dos sete Estados da Região Norte, os estados de Mato Grosso e Maranhão. (2004, p. 27).

Essas definições de Amazônia em três aspectos nos remetem as seguintes afirmações. Primeira, somos sabedores da rica biodiversidade da Região Amazônica uma rica biodiversidade. É uma região de superlativos, como podemos citar: o maior rio de água doce, o Rio Amazonas; a maior floresta tropical, a floresta Amazônica; a maior diversidade de peixes de água doce, como o pirarucu. Segunda, os estados que compõem a Região Norte e a Amazônia Legal apresentam particularidades sociais e culturais.

Vamos ver a Amazônia além do aspecto biológico, sem desmerecê-lo, pois sabemos que as características do espaço geográfico e a biodiversidade natural influenciam na caracterização da sociedade local. As experiências com o meio

ambiente resultam em conhecimento que é adquirido pelo caboclo, o qual constrói sua identidade e sua cultura através de uma relação com a natureza. É a identidade que nos singulariza, como citamos antes, os superlativos sobre a Amazônia caracterizam-na e, assim, diferenciam-na das demais regiões do Brasil. Essas diferenças, porém são vistas como dificuldades, um exemplo disso é o transporte e o acesso à região. Esse é um dos motivos que nos impõe a necessidade de fazermos parte de projetos de integração, pois há o questionamento de: Como desenvolver uma região que apresenta dificuldades de acesso? □ Esse é um dos problemas enfrentados pela região, mas está sendo repensado afim de que se promova o desenvolvimento local.

Além das características do ambiente, há a relação direta do amazônida com a natureza, o que, de maneira equivocada, pode criar uma imagem falsa de que os amazônidas são povos exóticos, primitivos, tribais. Reafirmamos que, antes de tudo, precisamos estudar as características culturais de um povo dentro do contexto em que ele vive, assim como, estudar as características ambientais das comunidades locais para deprendermos as relações entre os indivíduos e a relação desses indivíduos com o ambiente local. Dessa maneira, como nos diz Meireles Filho:

No imaginário coletivo da maior parte de nós, brasileiros, herdeiros da mentalidade européia, a mata representa o desconhecido, a escuridão, o caos, o demônio. Precisa ser eliminada, distanciada, de casa. A mata é ameaça. As lendas e crendices contadas às crianças servem para afastá-las da mata. (2004, p. 331).

Esse comportamento em relação à floresta, como nos mostram as palavras de Meireles Filho (2004), a nosso ver, estende-se também à compreensão do tipo humano que habita a região: homens tribais, primitivos, sem cultura.

2.2 Como é a sociedade Amazônica?

Os aspectos citados antes são importantes. Há, porém, o aspecto humano que precisa ser destacado para compreensão da Amazônia. A sociedade amazônica é formada por amazônidas descendentes de brancos e índios resultando no caboclo ou mameluco que compartilham características comuns a quem nasce e vive na região. Essa miscigenação não se deu apenas nessa região, mas aconteceu

em todo o Brasil. Porém, devido às características ambientais da Amazônia há, ainda, muitas tribos indígenas com suas línguas e um cotidiano com fortes características indígenas e caboclas. Temos assim o caboclo ribeirinho, o caboclo pescador, o caboclo caçador, o caboclo seringueiro. A relação do caboclo com a natureza é uma relação direta, ora com o rio, como pescador, ora com a floresta, como coletor, seringueiro, caçador. Há o caboclo urbano, embora em um ambiente diferente, ou seja, em ambiente urbano, conserva suas raízes caboclas. As características das cidades amazônicas mostram-nas como cidades constituídas as margens dos rios. Os meios de transporte predominantes são os fluviais, como os barcos, canoas, voadeiras, rabetas³, bajaranas⁴.

A população amazônica, segundo Meireles Filho:

É essencialmente jovem. A maior parte da população tem menos de 25 anos. [...] a nova “cultura da floresta tropical” é *caboca*, Valorizar a sua autoestima é a única saída para definir o que é bom para os amazônidas. Valorizada a cultura, o modo de ser, de pensar, de viver, de comer, de trabalhar, valorizam-se os produtos amazônicos. (2004, p. 362).

A relação da sociedade amazônica com a natureza é constante, como pudemos ver nas palavras de Meireles Filho (2004). Assim, no modo de ser, dizemos que somos caboclos ou *caboco*.⁵ No modo de pensar, pensamos nossas vidas com o olhar voltado para nossa relação com a natureza, pensamentos que se traduzem por meio de nossas lendas, superstições e crendices. No modo de viver, vivemos usando os conhecimentos que adquirimos como caboclos seja em ambiente urbano, ou rural. No modo de comer, comemos o que retiramos da natureza: o peixe, as sementes, as raízes, os frutos, os vegetais. Mas também cultivamos, por exemplo, a mandioca e comemos a farinha, e tomamos o tucupi e o tacacá. No modo de trabalhar, trabalhamos em profissões comuns na região, pescador, caçador, seringueiro, agricultor, coletor de sementes e frutos, e em profissões mais modernas. A cultura nascida dessa relação precisa ser valorizada. A sociedade amazônica, assim se define, na conjugação desses verbos.

Dessa maneira, podemos passar a comentar acerca de um estudo da Amazônia sob perspectiva sociolinguística. Segundo Mollica:

³ Tipo de embarcação: espécie de canoa grande com motor.

⁴ Tipo de embarcação.

⁵ Variação na pronúncia da palavra caboclo (a), que ocorre pela síncope do fonema /l/.

A sociolinguística considera a importância social da linguagem, dos pequenos grupos sócio-culturais a comunidades maiores. Se cada grupo apresentasse comportamento linguístico idêntico, não haveria razão para se ter um olhar sociolingüístico da sociedade. (2008, p. 10).

Por isso é que a Sociolinguística vê a língua falada, não como um sistema fechado, mas como um sistema que se relaciona com questões sociais no uso da língua. No caso da Amazônia, teremos as marcas lingüísticas presentes em aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e lexicais usados pelos amazônidas. Nessa linguagem estão os mitos, superstições, credices, culinária, medicina natural. Estudar a Amazônia sob a perspectiva da sociolinguística faz-nos reportar a todos esses aspectos para que componhamos a relação entre linguagem e sociedade, que é o ponto de partida de um estudo sociolingüístico.

Na relação entre língua e sociedade veremos como a língua é usada por determinada sociedade, em nosso caso, a sociedade amazônica. Dessa maneira, nosso grupo de pesquisa GEPS busca, entre outros objetivos, sensibilizar sobre a diversidade linguístico-cultural da Amazônia, compreender a pluralidade linguístico-cultural como elemento de riquezas sociais, contribuir para a revalorização dos falares regionais amenizando a estigmatização social e linguística. Assim, muito temos a dizer sobre o que somos, de onde viemos, e o papel que desempenhamos nesta região. Nossa proposta como pesquisadores de língua, cultura e sociedade amazônica e amazônida é em direção ao ser humano enquanto construtor desta sociedade amazônica / amazônida que vive e convive neste Laboratório Lingüístico que é a Amazônia Ocidental. Por isso, quando tratamos de cultura amazônica, devemos pensar na relação entre o amazônida e a natureza que se reflete na maneira como são simbolizados as experiências e os conhecimentos adquiridos pela população local e pelos indígenas. Por exemplo, na Amazônia, a presença da fauna em festas folclóricas é uma característica cultural como o Festival dos Bois-Bumbás de Parintins/AM, a Festa dos Botos Tucuxi e Rosa em Alter do Chão/PA. Essas festas apresentam uma característica social, pois enfatizam questionamentos sobre a exploração e conservação do meio ambiente amazônico.

Segundo Mollica (2008, p. 10), “são muitas as áreas de interesse da sociolinguística: contato entre línguas, questões relativas ao surgimento e extinção linguística.” Nessa perspectiva citarei alguns aspectos entre os quais podemos

realizar estudos na Região Amazônica. Temos a línguas em contatos, por exemplo, na tríplice fronteira entre Amazonas, Colômbia e Peru e na tríplice fronteira ente Roraima, Venezuela e Guiana e a fronteira entre Rondônia e Bolívia e Acre e Bolívia. De maneira geral, as línguas em contato são português – espanhol e português – francês (Brasil e Guiana Francesa). Ou ainda, podemos estudar os comportamentos e atitudes dos falantes dessas fronteiras em relação às línguas em contato. Entre os comportamentos observados estão o preconceito linguístico e a segurança e insegurança dos falantes ao usar sua língua, dialeto. Observar também, se as atitudes em relação à linguagem são positivas ou negativas.

Realizar estudos sobre as línguas indígenas de tribos que vivem afastadas do contato com o não-índio documentando sua língua, cultura e organização social. Ou estudos sobre o ensino de língua portuguesa para os índios que moram nas zonas urbanas da Amazônia com os que vivem nas cidades de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas, pois, há presença significativa de indígenas em zonas urbanas das cidades da Amazônia.

Outro exemplo, para estudos sociolinguísticos são as questões geográficas e ambientais de Coari, cidade do interior do Estado do Amazonas, que em função do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari-Manaus ofertou cursos de especialização para a atuação de profissionais, bem como, a confecção de uma cartilha destinada aos alunos de Ensino fundamental que explicasse a mudanças ambientais e sociais que esse programa traria para cidade de Coari.

Podemos estudar as variações diastráticas, diatópicas e diacrônicas na Região Amazônica. Variações diastráticas se distribuem na escala social, por exemplo, o uso da variante linguística *curumim* em comunidades ribeirinhas em comunidades urbanas da Amazônia. Enquanto que as variações diatópicas se distribuem geograficamente, por exemplo, a variante linguística o [s] som palatal dos amazonenses e o [s] alveolar de outras regiões do Brasil. Já as variações diacrônicas estão em uma descrição de uma língua ou de uma parte dela ao longo de sua história, com as mudanças que sofreu, por exemplo, na Amazônia se falava a Língua Geral Amazônica e, mais tarde, Marquês de Pombal estabeleceu a Língua Portuguesa, como língua oficial. Tais exemplos nos mostram que podemos estudar essas variações comparando a Região Amazônica com as demais regiões do Brasil ou fazer estudos comparativos entre grupos sociais tomando como critérios

escolaridade, sexo, idade, classe socioeconômica, localidade geográfica, bem como estudos sobre os dialetos das populações locais.

Podemos estudar a relação entre as variações lingüísticas e as variações sociais, ou ainda, estudar as atitudes dos falantes em relação à variação linguística. Sobre isso podemos citar a variação linguística entre as pronúncias de moradores da Região Norte e da Região Sul na palavra *seca* (substantivo - estiagem prolongada; falta de água) em que a vogal /e/ é pronunciada com timbre aberto na região Norte e com timbre fechado na região Sul e Sudeste. Outro exemplo é a variação na pronúncia da palavra *farinha* entre os moradores da cidade de Parintins e da cidade de Manaus. Em Parintins pronuncia-se [farinha] e em Manaus pronuncia-se [fa ãa]. Entre as duas cidades há ainda a diferença entre o uso de algumas palavras, como por exemplo, a palavra *fedorento*. Em Parintins fala-se *fede*, em Manaus fala-se *fedorento*. A pronúncia da palavra *fede* é criticada pelos manauenses. Nesse sentido, alerta-nos Bagno (2007, p. 59) “mas existe um outro lado da variação linguística que, me parece, é talvez mais relevante para a educação em língua materna do que o lado propriamente científico do fenômeno. É o conjunto de conseqüências sociais, culturais e ideológicas.”

Ao fim de tudo isso, damos-nos conta que estamos também diante da necessidade de uma educação linguística. Assim, diz-nos Bagno (2007, p. 85): “Promover o reconhecimento da diversidade linguística como uma riqueza da nossa cultura, da nossa sociedade, ao lado de outras diversidades culturais e até mesmo da biodiversidade natural [...]”. As palavras de Bagno (2007) ajudam-nos a afirmar que o estudo da Região Amazônica requer um reconhecimento da biodiversidade natural como fizemos durante nossos comentários nesse artigo. No caso da Amazônia, temos uma região plurilíngüe. As línguas indígenas, os dialetos das populações locais e o ensino de língua portuguesa pedem uma sensibilização pedagógica no trato da heterogeneidade linguística.

3. Sociolinguística em Sala de Aula: Variação Lingüística e Educação

Um dos problemas centrais da sociolinguística é a definição/delimitação do par *variação/mudança*. Quanto à variação linguística, Leite nos diz que:

O raciocínio a se fazer para compreender o constante movimento da língua é simples: o *uso* propicia *variações lingüísticas*, decorrentes da constante renovação da vida social, e estas vigoram por certo tempo, o que gera o fenômeno conhecido por *mudanças lingüísticas*. (2001, p. 183).

Segundo Leite, para compreender a variedade, é preciso refletir sobre Língua e comunidade linguística:

Uma língua pode ser entendida como o meio de comunicação verbal usado por um corpo social... e também os modos convencionados pelos falantes que dominam esse sistema para sua atualização a cada interação (os gêneros do discurso, as normas linguística), estando englobadas aí todas as variações inerentes à realização dessa língua, o que significa que uma língua é contínuo de variedades. Esse conceito de língua leva ao de *comunidade linguística*, que pode ser entendida como “um grupo de homens que se consideram a si mesmos falar a mesma língua”, ou seja, que se compreendem mutuamente. (2001, p. 184).

Como estamos falando de variação linguística então, vejamos que as fontes da variação linguística, segundo Leite:

São devidas tanto a fatores inerentes ao próprio usuário como aos dados devidos à situação de comunicação em que ele se encontrar. Desse modo, há variáveis própria do falante, que são sua *origem geográfica* e sua *classe social*, o que conforma o que se pode entender por *dialeto*. Outros dados, no entanto, são típicos dos diversos contextos de comunicação em que se integram o usuário ao longo de seu dia. Esses são, então, chamados *registros* ou *níveis de fala*, e se configuram pelo maior ou menor grau de formalidade ou informalidade nos contatos sociais. (2001, p. 185).

Apresentaremos uma descrição parcial do dialeto parintinense, mostrando apenas as consoantes. Então, o ponto de partida terá duas hipóteses. Primeira, a palatalização da lateral /l/, das fricativas alveolares /s/ e /z/, da nasal /n/. Segunda a de ocorrência do fonema /r/ como um fricativo glotal [h] em coda interna e externa.

a) Consoante fricativa alveolar /s/ e palatal /ç

Sobre as realizações em coda silábica, as alveolares [s, z] ou palatais [ç, ɲ], em formas como *raspa*, *pasta*, *casca* (ra[s]pa ou ra[ç]pa, pa[s]ta ou pa[ç]ta, ca[s]ca ou ca[ç]ca) antes de consoante surda, *desde*, *musgo*, *asma* (de[z]de ou de[ɲ]de. mu[z]go ou mu[ɲ]go, a[z]ma ou a[ɲ]ma) ou em seqüências como *dois cadernos* (doi

[s] caderno[s], doi [ç] caderno[ç], doi [z] caderno[z], doi [N] caderno[N] podem dividir áreas dialetais”. No dialeto parintinense veremos a variante /ç/ fricativa palatal, na pronúncia do dos habitantes de Parintins. Observe os exemplos abaixo acompanhados de transcrição fonética.

(a) astro → ['aGtʃ]

(b) pires → ['pi.riç]

A variável /s/ transforma-se na variante /ç/ em final de sílaba como na palavra “astro” e em final de palavra como em “pires”. Se forem palavras usadas no plural, onde a sílaba final é seguida de /s/, que é o marcador de plural aparecerá uma fricativa palatal na pronúncia outra vez. Observe as palavras abaixo.

(a) cascas → ['kaçkaç]

(b) casas → ['ka.zaç]

Outro exemplo a ser dado é com a consoante /z/ como variável que terá como variante a [ç]. Observe as palavras a seguir.

(a) paz → [paç]

(b) faz → [faç]

Ou seja, [s] > [ç]

Em outros ambientes em que [s] e [ç] funcionam como fonemas.

(a) sala → ['sa.laç]

(b) xale → ['çale]

b) Consoante líquida

As consoantes ditas líquidas – laterais [l, ã] e não-laterais [ʃ] – realizam-se, em coda silábica, sob diversas variantes, que se distribuem do ponto de vista diatópico – como, por exemplo, [ã] ou [k], [ʃ] ou [l] – ou diastrático – como nos casos de neutralização entre as duas consoantes, em formas como carcanhá (calcanhar), auco (arco), ou de zero fonético, como em lagatixa (lagartixa). A ausência da líquida lateral, depois de vogal posterior alta, como em azu (azul), último (último) ou da não-lateral em final absoluto em formas infinitivas como falá (falar), dizê (dizer), pode ser encontrada também no discurso coloquial distenso, de falantes com alto grau de escolarização, configurando-se como variação diafásica.

A consoante lateral // realiza-se sob uma variante semivocálica posterior ([w]), em formas como *calça*, *anzol* (*ca[w]ça*, *anzo[w]*), ou seja, uma lateral vocalizada, em quase todo País, excetuando-se algumas áreas conservadoras, como o Rio Grande do Sul e parte do “falar baiano”, por exemplo, nas quais se documenta a variante velarizada ([ŷ]). A lateral velarizada é também registrada em áreas onde predomina a variante semivocálica, na fala de informantes mais idosos, embora com índices de frequência pouco representativa.

No entanto, se nos distanciarmos da análise da posição final em estrutura silábica CVC e passarmos a verificar a posição na estrutura silábica CV encontraremos a variante lateral palatal [°] no dialeto parintinense. Em obras como “Estrutura da Língua Portuguesa” de Mattoso Câmara, cita-se apenas um vocábulo com // palatal em posição inicial : *lhama* (nome de um animal em língua estrangeira). Assim como em Mattoso encontramos nas gramáticas da língua portuguesa o não conhecimento e registro da realização de // com uma pronúncia palatal em início de palavra. No entanto, essa palatalização é uma das marcas fonéticas da pronúncia do parintinense. Observa-se que // e /°/ são fonemas quando se contrastam nas palavras *laço* e *palhaço*; entretanto essa oposição desaparece quando a consoante lateral líquida // está diante da vogal anterior /i/, por exemplo, nas palavras:

- (a) *lixo* → [°i.ʧo]
- (b) *palito* → [pa.°i.tl]
- (c) *ali* → [a.°i]

Ou seja, [l] > [°] / -i

A variação de // para /°/ é ambiental porque a presença de /i/ provoca uma assimilação regressiva do traço anterior da vogal anterior alta, desta forma, não pode ser posicional, pois nas palavras acima o fonema // aparece em início e meio de palavra. Assim, podemos dizer que há neutralização da oposição entre // e /°/, ou seja, ela perde seu valor contrastivo.

c) Consoante nasal alveolar /n/

Os fonemas /n/ /ñ/ se contrastam na palavra *mana* e *manha*, mas essa oposição desaparece quando esses fonemas encontram-se em um contexto de vogal anterior /i/ ou com palavra usada com o sufixo diminutivo -inho, por exemplo:

(a) menino → [me.ɲi. no]

(b) maninha → [ma.ɲi .ɲã]

Essa pronúncia palatalizada, ou seja, uma alveolar que se torna uma palatal é comum em algumas regiões do Brasil.

d) Consoante líquida não-lateral

Segundo SILVA (1999, p. 160), o fonema /r/ do português proveio do rr latino (vibrante apical múltipla) que se opunha ao r (provavelmente “vibrante simples”: de uma só batida, “flap” ou “tap”). Vejamos a distribuição da “vibrante simples” e da “vibrante múltipla”

Contraste fonêmico entre vogais: caro/carro. O contraste fonêmico (ou seja, pares mínimos) entre estes dois tipos de R somente é atestado em posição intervocálica no interior da palavra: coro/corro; muro/murro; era/erra.

Outros ambientes

- *segundo consoante na mesma sílaba: prato (“r” fraco)*

- *início de palavra: rato*

- *segundo consoante em outra sílaba: Israel*

- *final de palavra: mar*

- *final de sílaba: carta*

A consoante líquida não-lateral é realizada de maneiras diferentes em várias regiões do Brasil e serve como referência para a divisão do país em duas grandes áreas: a do Sul, onde predominam as realizações vibrantes anteriores, simples ou múltiplas (a[r]co, a[F]co e a do Norte com maior frequência das variantes posteriorizadas – fricativa uvular (a[L]co), fricativa velar (a[x]co) ou fricativa laríngea, identificada com aspiração (a[h]co)”. Registra-se também o zero fonético que, nas áreas em que se verifica a posteriorização da líquida não-lateral, pode ser interpretado como o último estágio do processo que atinge as consoantes em final de sílaba, com a conseqüente simplificação da estrutura silábica, em direção ao padrão CV. Em particular ver-se-á a posição de /r/ em final de palavra e final de sílaba, ou seja, o em coda interna e externa. Há, pois, duas hipóteses para a descrição de /r/ no dialeto parintinense. Uma delas é a de um fonema fricativo glotal em coda interna e a outra é a de apagamento desse fonema em coda externa. Abaixo se apresentam as transcrições fonéticas demonstrando a ocorrência da pronúncia de um fricativo glotal [h] na coda interna das palavras.

(a) porta → ['p, h.tɛ]

(b) carta → ['kah.tɛ]

Ou seja, [r] > [h]

Do livro *Morfologia do Dialeto Parintinense*⁶ tomaremos os exemplos em coda externa dos verbos da 1^a, 2^a e 3^a conjugação. O /r/ em sílaba final com estrutura CVC, ou seja, em coda externa, constitui o ambiente onde o apagamento se dá mais freqüentemente e principalmente tomando a palavra isoladamente. No entanto, há também a possibilidade de não apagamento desse fonema no fim da palavra. O apagamento vem marcado pelo símbolo C.

(a) chorar → [G .FaC]

(b) andar → [ãn. daC]

(c) dizer → [di. zeC]

(d) beber → [be.beC]

(e) mentir → [mẽn.tiC]

Pode haver a ocorrência desse apagamento com palavras que não são verbos como em:

Amor → [a.moC]

Tambor → [tãm.boC]

[r] > C

No entanto, a análise no nível frasal em que a palavra seguinte inicia por vogal mostra a possibilidade de surgimento de /r/, desta vez como um vibrante simples. Observe o exemplo: “Vou tocar o tambor agora” → [vo't, kɛFu'tɛmbo'Fag, Fɛ] nessa transcrição há ocorrência do vibrante simples [F] que passa a constituir uma sílaba na estrutura CV (consoante e vogal) e pode permanecer na palavra anterior acompanhado pela vogal como em “tocar o” ['t, kɛFu'] ou passar a palavra posterior como em “tambor agora” → ['tɛmbo'ag, Fɛ].

Pode-se afirmar, ainda que de modo parcial que na fala do parintinense há a palatalização das alveolares //, /s/, /z/ e /n /. O som palatalizado chiado característico da pronúncia do parintinense é semelhante ao som palatalizado carioca.. Essas variações lingüísticas, no nível fônico, compõem esse dialeto.

⁶ Livro publicado por estudantes de Letras da Universidade Estadual do Amazonas na cidade de Parintins

Após uma apreciação dos aspectos linguísticos do dialeto parintinense veremos que há fatores extralingüísticos. Calvet (2003) aponta alguns fatores relevantes no estudo sociolingüístico tais como os comportamentos e atitudes dos falantes em relação ao seu dialeto imprimem os sentimentos dos falantes sobre a língua que falam. Ou ainda, questões de variáveis fonéticas, se elas são ou não estigmatizadas, ou seja, que grupo usa tal forma linguística e como ela é visto pela sociedade.

Dentre os comportamentos e atitudes temos: preconceito, segurança/insegurança, atitudes positivas e negativas, hipercorreção, as atitudes e as variações lingüísticas. Iniciar-se-á pelo preconceito, isto é, o modo como os falantes encaram sua própria fala, se valorizará sua prática linguística ou deseja modificá-la para confrontá-la a um modelo prestigioso. Por outro lado, há a reação dos falantes ao falar dos outros, isto é, pessoas serão julgadas conforme seu modo de falar. Outro fator é a segurança e insegurança dos falantes sobre algumas pronúncias de sua língua, pois se seu dialeto apresenta uma pronúncia estigmatizada ele pode mudá-la para utilizar um padrão aceito pela sociedade. Já as atitudes positivas ou negativas estão relacionadas às atitudes de aceitação ou rejeição de variações, por conseguinte terão influência sobre o modo de falar dos falantes como, por exemplo, desprezar a pronúncia de falantes da zona rural. Enquanto que a hipercorreção ocorre quando o falante acredita numa forma prestigiosa de falar a própria língua, pensa não possuir essa forma e tenta adquiri-la. E por último, as variações lingüísticas, que fazem parte de um processo de evolução da língua e as atitudes que temos em relação a essas mudanças é que geram conflitos, porque tendemos a rejeitar a variação, não por motivos linguísticos, mas extremamente extralingüísticos como: classe social, nível de escolaridade.

Sabemos que há diversidade de usos do português brasileiro o que gera variações, mas nos perguntamos: Essa variação é diatópica ou diastrática? Segundo Cardoso (376), “o que se pode dizer quanto a isso é que a variação do português do Brasil é diatópico-diastrática, mesmo que se reconheça que no nível fônico, ganha evidência a diversidade diatópica, enquanto o nível morfossintático parece pôr em relevo a diferenciação diastrática”.

Sobre a variação linguística parintinense e suas implicações na educação da sociedade local serão abordadas as variações fonéticas e morfossintáticas dentro do dialeto parintinense e as implicações desse dialeto na educação. Serão

apresentadas concepções como a de educação linguística que está para a fonética e morfossintaxe e a educação sociocultural que está para os aspectos de identidade social e organização sociocultural da comunidade de fala. A fala do Parintinense é marcada principalmente pelo processo fonético denominado palatalização, que ocorre na pronúncia das consoantes alveolares como [s] e [ʃ]. Ou seja, uma pronúncia regionalmente marcada. Alguns casos do cotidiano serão citados para exemplificar essa variação linguística.

É o uso da linguagem na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que gera discriminações e fracasso: o uso, pelos alunos provenientes das camadas populares, de variantes lingüísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceito linguístico e leva a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante-padrão socialmente prestigiada.

A educação não é somente um comportamento adquirido na família, mas também em outras instituições como a escola, a igreja, o clube, o grupo de estudos, os sindicatos, etc. No entanto, é na escola que os conflitos se atenuam. Soares (2001) mostra duas formas de encarar a variedade linguística. A primeira é considerar as variantes lingüísticas como diferenças lingüísticas em que há apenas um conflito funcional, pois as variedades lingüísticas têm mesmo valor como sistemas estruturados e coerentes, mas da perspectiva social uma variedade é mais aceita que outra. É uma ideologia que oferece como saída para esse conflito o bidialetalismo, ou seja, o ideal é saber usar os dialetos-padrão e dialetos-não-padrão em contextos apropriados. A segunda opção é considerar as variantes lingüísticas como deficiência em que o conflito é estrutural e funcional, pois o dialeto-não-padrão é comparado com o dialeto-padrão e as crianças falantes do dialeto-não-padrão apresentam deficiência e precisarão de uma educação compensatória.

Além da análise de aspectos linguísticos estão os fatores extralingüísticos. Por exemplo, a nova geração de parintinenses vem sendo educada sob aspectos bem marcados, visam educar sem negar a cultura do aluno. Quando ensinam as letras do alfabeto para crianças dão destaque principalmente às letras C e G, pois há um significado cultural para isso. As letras ganham mais sentido, pois são relacionadas aos nomes dos dois bois-bumbás, *caprichoso* e *garantido*. Outro fator que contribui na educação da sociedade local é o incentivo da brincadeira de Boi-

Bumbá, pois a maioria das escolas da cidade possui um Boi-Bumbá mirim que representa a escola e apresenta elementos da cultura local. As crianças parintinenses conseguem participar da cultura do boi-bumbá através desse incentivo e é dessa forma que elas participam da sua cultura.

Tal atitude reflexiva pode ser fomentada ao se questionar sobre como proceder para que a realidade da variação linguística não seja ignorada, não seja posta de lado, como algo que impede o exercício da cidadania. Retomam-se aqui os exemplos antes citados: o indivíduo escolarizado e o não-escolarizado, o falante da zona rural e o da zona urbana para e perguntar-se quem desse são os cidadãos? E os demais? O que lhes falta? Não ter um bom emprego porque não é escolarizado, ter uma pronúncia estigmatizada e que causa insegurança e reprime a liberdade de expressão. A sociedade na qual se vive possui uma estrutura social e uma variedade padrão tida como modelo e existem aqueles que estão à margem desse modelo. Mas porque estão à margem? São motivos linguísticos ou extralingüísticos?

Para buscar as propostas de minimização do preconceito e discriminação que possam se instrumentalizar através das variações lingüísticas passa-se necessariamente pela compreensão política desses. Alkmim (2001) ao falar que “quando discriminamos alguém pela sua fala, na verdade, rejeitamos o que esse sujeito representa socialmente. Isto é, sua classe social, sua identidade política, sua origem geográfica, sua etnia, sua crença”. A primeira coisa que se deve entender é que o preconceito, em particular, o linguístico é alicerçado em fatores sociais, isto é, ele é construído pela e na sociedade tomando com critérios um modelo de língua prestigiada e aceita pela maioria dos falantes.

Desta forma, a linguística vem demonstrando em seus estudos que não há língua ou variação linguística superiores. As línguas possuem variações em função da diversidade sociocultural das comunidades de fala. E o conceito de certo e errado é um juízo de valor construído pela imposição de apenas uma entre muitas das variações da língua. Portanto, o papel do lingüista não é dizer não é divulgar a idéia de que se houve comunicação então, tudo vale. Concepções como essas desestruturam muitos professores de língua portuguesa e geram um conflito que não deveria existir. Então, os professores se perguntam: “não devemos mais ensinar gramática?”. Ao lingüista cabe a tarefa de estudar a estrutura da língua para entender seu funcionamento, comprovarem que não há línguas superiores, primitivas, pobres entre outros adjetivos.

E os profissionais de educação? Eles deveriam conhecer esses estudos para saber como proceder com as variações lingüísticas e compreendê-las como parte da evolução da língua e não como um prejuízo ao ensino da língua materna. É preciso estar consciente que a discriminação não é linguística, mas social, como nos fala Alkmin:

Entretanto, para que esses conhecimentos venham a transformar, realmente, o ensino da língua, é fundamental que a escola e professores compreendam que ensinar por meio da língua e, principalmente a língua, são tarefas não só técnicas, mas também políticas. (2001, p. 79).

Alkmim (2001) enfatiza que “uma boa formação técnica de professores e profissionais da língua é base de uma prática social livre de preconceitos”. É muito comum ouvir de alunos de Licenciaturas em Letras que não gostam de linguística, uma vez que essa disciplina é importante, por encaminhá-los a reflexão sobre a língua. Se ainda não se percebe que a linguística e o ensino de língua portuguesa se cruzam pela necessidade de explicar que a língua possui variedades, passa por evolução, que fatores sociais influenciam na forma como a língua é usada pelos falantes, não haverá uma evolução na própria concepção de língua do professor. Tudo isso resulta no que Alkmim (2001) de intolerância linguística, ou seja, a rejeição de certas variedades lingüísticas, ou ainda a desqualificação de pronúncias e de construções gramaticais e de usos vocabulares,

Os professores, não apenas os de língua portuguesa, não devem ser preparados intelectualmente para serem intolerantes. Portanto, há necessidade de sempre discutir a formação de professores para a necessidade refletir sobre as variantes lingüísticas presentes em sala de aula.

Há professores que vêem no ensino de variações lingüísticas um obstáculo para ensinar língua portuguesa. Então, que língua é essa que eles pretendem ensinar? A língua é aquela que o falante sabe falar, a gramática normativa é a regra que sustenta a pretensão de língua perfeita, que só o é fora do indivíduo.

Considerações Finais

O percurso que fizemos desde as exposições sobre a Sociolinguística e Dialetologia; Amazônia: Característica da região e da sociedade, Sociolinguística em Sala de Aula: Variação Lingüística e Educação contribuem para, de forma parcial, alcançar a Identidade-Sócio-Lingüístico-Cultural dos habitantes da Amazônia. Com orientações teóricas da sociolinguística vimos que um estudo sobre dialetos se faz através da pesquisa sobre a sociedade e cultura de determinado espaço sócio-cultural para apreender-lhe as peculiaridades que delineiam sua forma de existência enquanto sociedade, cultura e linguagem. Desta forma, segundo Leite:

A variedade de uma língua que um indivíduo usa é determinada pelo que ele é. Todo falante aprendeu, como sua L1 (primeira língua), uma particular variedade da língua de sua comunidade linguística e essa pode ser diferente em algum, ou em todos os níveis de outras variedades da mesma língua aprendidas por outros falantes como sua L1. Tal variedade identificada segundo essa dimensão, chama-se “dialeto”. (2001, p. 186).

As variantes lingüísticas da fala do parintinense apresentadas, nesse capítulo, como exemplo, têm características fonéticas particulares que nos remetem a questões da educação oferecida na cidade. A oferta de educação deve levar em consideração as mudanças vividas através do desenvolvimento socioeconômico nas sociedades locais, seja em Parintins ou em outras cidades da Amazônia. No entanto, sem deixar que níveis socioeconômicos legitimem uma variedade linguística em detrimento de outras, como foi apresentado na ideologia de deficiência cultural e ideologia da diferença cultural.

Desta forma, nosso eixo condutor foi à linguagem que norteou nosso percurso para falar de linguagem, cultura, sociedade e educação na Região Amazônica. As peculiaridades da cultura Amazônica demonstram sua singularidade, sua identidade retratada pela visão de caboclos criados nesse chão, alimentados de imaginação e criatividade.

Referências Bibliográficas:

ALKMIN, Tânia Maria. *Sociolinguística*. Parte 1. In: Mussalin, F. e Bentes, A. C.(orgs.), *Introdução à Lingüística: Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez. 2001.

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua Materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. *Nada na Língua é por acaso*. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em Língua Materna: A sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: Uma Introdução Crítica*. 3 ed. São Paulo: Parábola, 2003.

CARDOSO, Suzana alice Marcelino d Silva. *Diatopia e Diastratia no Português do Brasil: prevalência ou convivência*.

FERREIRA, M^a Aparecida S. de Camargo. *Estrutura e Formação de Palavras*. 8 ed. São Paulo: Atual, 1988.

LEITE, Marli Quadros. *Dialetos, Registros e Norma Linguística*. In: *A Língua que Falamos: Português: História, Variação e Discurso*. São Paulo: Globo, 2005.

MARTELOTTA, Carlos Eduardo (org.). *Manual de Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Valteir (org.). *Morfologia do Dialeto Parintinense*. Parintins: Gráfica João XXIII, 2005.

MEIRELES FILHO, João. *O Livro de Ouro da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MOTA, Jacyra. *Áreas Dialetais Brasileiras*. On-line.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). *Introdução à Sociolinguística*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Thaís Cristófar. *Fonética e Fonologia do Português*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SILVA, Luiz Antonio da. *A Língua que Falamos: Português: História, Variação e Discurso*. São Paulo: Globo, 2005.

SOARES, Magda. *Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social*. 17^a ed. São Paulo: Ática, 2001.

TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolinguística*. 7 ed. São Paulo: Ática, 2001.